

Aprovada em sessão  
da A.M. dia 20-02-2017

29 NOV 2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

**ATA Nº 21**

**SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR  
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016**

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira, -----

----- 1º Secretário: António Fernando Oliveira da Silva, -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: José Oliveira da Rocha, em substituição de Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Sandra Manuela Pinto Pereira da Cunha, em substituição de Sílvia Liliana Moreira da Cruz, António José Valpaços Magalhães, António da Silva Sá Casal, Bruno Miguel Martins Vieira, Carlos Alberto Sousa da Costa, Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Sérgio Miguel Vieira Bastos, em substituição de Carmina Maria dos Santos Lopes, Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Felisberto Ribeiro Almeida, Fernando Alício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira, Ivo Daniel Moreira Capas, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Rodrigues de Sousa, Ana Sofia Ferreira da Silva, em substituição de José António da Silva Monteiro, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Afonso da Silva Pinto da Costa, Manuel António Leite dos Santos, Margarida

29. NOV 2016



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Maria Oliveira da Silva, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Mário Fernando Soares Filipe, Marta Filipa Brito da Fonseca, Nelson Jorge Sousa Neves, José Cardoso Marques, em substituição de Nuno Miguel Peixoto da Silva, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rui Manuel Lourido Nóvoa e Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia. Por inerência estiveram Presentes: Nuno Miguel Ribeiro Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte), Bruno Miguel Martins Ferreira, em representação de Rui da Mota Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto), Daniel Filipe Oliveira Vieira (Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo), José António da Silva Macedo (Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e José Manuel Soares de Andrade (Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas). -----

29.NOV.2016



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016 (3ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO ANFITEATRO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

A- Período de Antes da Ordem do Dia

B- Período da Ordem do Dia

1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (29-09-2016)
2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
  - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2017
  - b) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Taxa para 2017
  - c) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Taxa para 2017
  - d) Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2017
  - e) Lançamento de derrama para o ano de 2017
  - f) Alteração ao Regulamento do Banco Local de Voluntariado de Gondomar
  - g) Integração do Município na Sociedade Concessionária da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto
3. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro e outubro de 2016).

C - Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)

29.NOV.2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. M.' followed by a flourish.

-----A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----EUGÉNIA FARIA (CDU) – Leu e entregou um documento Intervenção, sobre a Ribeira da Granja, afluente do rio Tinto e um pedido de informação, sobre a integração do Moinho da Vitória no Parque Urbano de Rio Tinto, que adiante seguem.-----

-----RUI NÓVOA (BE) – Leu e entregou uma recomendação, sobre a tragédia dos refugiados e migrantes e uma moção sobre os resíduos perigosos nas antigas minas de S. Pedro da Cova, provenientes da fábrica na Maia da Siderurgia Nacional, que adiante seguem.

(PAOD)

Intervenção

Assunto: Ribeira da Granja

De Assembleia em Assembleia, a CDU tem vindo a colocar questões sobre problemas relacionados com o rio Tinto, em particular com o problema da drenagem sistemática e ilegal de esgotos não tratados directamente na ribeira da Granja, afluente do Rio Tinto e que neste desagua na zona da Palmilheira.

Não obstante a relevância do assunto, as questões colocadas pela CDU nas anteriores Assembleias Municipais não mereceram uma resposta cabal por parte do senhor Presidente da Câmara - ainda que em termos formais a isso esteja obrigado -.

Ficando apenas a informação vaga de que a Câmara está a acompanhar o assunto, signifique isso o que for!

Apesar da desvalorização das questões colocadas pelo executivo municipal, a CDU não baixou os braços e procurou também respostas noutras instâncias, nomeadamente junto da Câmara Municipal da Maia.

Com a intervenção da CDU na Maia, a Câmara Municipal - após anúncio do director da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) -, confirmou que os SMAS (Serviços Municipalizados de Aguas da Maia) irão proceder à obra de reabilitação da Estação Elevatória da Granja, encontrando-se atualmente o processo em fase de adjudicação, prevendo-se que a obra termine em Março.

Exmos. Srs.,

A CDU, não se fica apenas pela denúncia dos problemas, é antes, força activa para a sua resolução, razão pela qual, não desistiu de procurar soluções e se manterá atenta até ver efectivada a resolução desta questão.

Para concluir, não podemos deixar de lamentar, novamente, a atitude deste Executivo Municipal, que nada informa sobre o assunto. Sendo a CDU a informar este órgão da sua eventual resolução.

Fica assim a descoberto o vazio de significado das palavras da Câmara Municipal quando garantia estar a acompanhar o assunto!

Gondomar, 29 de Novembro de 2016

Os eleitos da CDU,

*Prof. Dr. João Paulo  
Estrela  
José Carlos Magalhães  
Ivo Lopes  
Daniel Viana*

**PEDIDO DE INFORMAÇÃO**

**Assunto: Moinho da Vitória**

(PAOD)

Face ao anúncio da Câmara Municipal de Gondomar, sobre a integração do Moinho da Vitória no Parque Urbano de Rio Tinto, e da sua recuperação, a CDU - na Assembleia Municipal anterior -, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre os moldes em que essa recuperação iria ser feita.

A missiva que recebemos do Sr. Presidente CMG, não podia ser mais lacónica.

Assim, tendo em conta que o moinho é privado e está habitado, e persistindo dúvidas sobre os moldes em que a CMG pretende executar a obra que anunciou, a CDU, solicita ao Sr. Presidente que esclareça de forma clara e objectiva sobre como irá proceder à recuperação?

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais, **REQUEREMOS:**

Que a Câmara Municipal nos informe, por escrito, sobre as seguinte questão;

- Tendo em conta que o moinho é privado e está habitado, e persistindo dúvidas sobre os moldes em que a CMG pretende executar a obra que anunciou, a CDU, solicita ao Sr. Presidente que esclareça de forma clara e objectiva sobre como irá proceder à recuperação?

Gondomar, 29 de Novembro de 2016

Os eleitos da CDU,

*Esse vez deite faz*  
*Estimada Francis*  
*Arthur Marques*  
*Paul Viana*  
*José Carlos Marques*  
*Ivo Cepas*

aprovado e/  
9 abstenções (7 PSD e  
2 PSD)

29. NOV 2016

3



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

### Recomendação

A tragédia dos refugiados e migrantes que, fugindo da guerra e da opressão, tentam chegar a países europeus, continua a agravar-se.

Neste ano de 2016, segundo a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o número de mortos na travessia do Mediterrâneo já ultrapassou as 3.800 pessoas. E de acordo com a ONG "Save the Children" mais de 600 crianças morreram ou desapareceram no mar só no decurso deste ano.

Perante a mais grave crise humanitária vivida na Europa desde a segunda guerra mundial, organizações humanitárias e forças políticas continuam a denunciar a falta de resposta adequada por parte das instâncias europeias. É imperioso reforçar os meios para salvar vidas, aumentar o número de instalações de acolhimento, ativar a reunificação familiar e a atribuição aos refugiados de vistos humanitários, de estudo e de trabalho.

Apesar da disponibilidade de muitos municípios portugueses para receber refugiados, o certo é que os procedimentos em vigor apenas possibilitaram o acolhimento, até agora, de 676 refugiados no âmbito do plano de recolocação da U.E. e de 51 ao abrigo dum outro programa de reinstalação orientado pela ACNUR.

Recentemente decorreu no Parlamento Europeu o encontro "Cities of Solidarity-Solidacities" no qual Spyros Galinos, presidente da Câmara de Lesbos, ilha da Grécia com 80.000 habitantes onde se encontram mais de 15.000 refugiados, apelou à criação duma rede de municípios europeus que se juntem para enfrentar este problema e, na medida das suas possibilidades e com procedimentos agilizados, acolham mais refugiados.

Pelo exposto, e tendo em conta os princípios de solidariedade entre os povos e de acolhimento a refugiados já anteriormente manifestados, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em sessão ordinária em 29 de Novembro de 2016, RECOMENDA ao Executivo camarário:

**- que seja contactado o município de Lesbos (Grécia) para avaliar a possibilidade de acolhimento pelo município de Gondomar de alguns dos refugiados que ali se encontram**

O deputado municipal do BE <sup>7</sup>

Rui Costa

*aprovela  
por unanimidade*

29. NOV 2016



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar



## MOÇÃO

Durante muito tempo foram depositadas, como é sabido, milhares de toneladas de resíduos perigosos nas antigas minas de S. Pedro da Cova, provenientes da fábrica na Maia da Siderurgia Nacional.

A avaliação em 2010 pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) das características daqueles resíduos, confirmou a sua perigosidade ambiental, de que se destacam concentrações de chumbo muito superiores ao valor limite previsto. Daí a recomendação adotada pela CCDR-N da remoção integral daqueles resíduos para um centro especializado no tratamento de resíduos perigosos.

Após terem sido transportados mais de 100.000 toneladas daqueles resíduos para uma unidade industrial na Chamusca, constatou-se que afinal ainda existem muitas toneladas de matérias perigosas nas antigas minas de S. Pedro da Cova. Na primeira avaliação não terão sido detetadas por, alegadamente, "a planta topográfica utilizada não corresponder à morfologia do terreno" e as sondagens efetuadas não terem atingido a base do depósito de resíduos.

Tendo em conta o tempo já decorrido, a perigosidade dos resíduos, os seus impactos no coberto vegetal, nas águas subterrâneas e na saúde pública, impõe-se a conclusão da remoção e adequado encaminhamento dos resíduos perigosos ainda existentes nas escombrelas das antigas minas de S. Pedro da Cova.

Esta tem sido uma das justas reivindicações das populações e da junta de freguesia, à qual o Bloco de Esquerda e outras forças políticas têm dado seguimento através de iniciativas legislativas.

A Assembleia Municipal de Gondomar reunida em sessão ordinária em 29 de Novembro de 2016, acompanhando, como é seu dever, as tomadas de posição do povo e dos eleitos locais Defende:

**1 - a urgente avaliação do volume de resíduos perigosos ainda existente nas antigas minas de S. Pedro da Cova e a sua rápida remoção para um centro especializado de materiais perigosos;**

**2 - a adoção de medidas de mitigação da contaminação do solo e subsolo e a consequente reparação ambiental de toda a área afetada.**

29. NOV 2016



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Vieira'.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- DANIEL VIEIRA, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Duas questões. Uma tem a ver com a questão aqui levantada pelo Deputado do Bloco de Esquerda, que saúdo, já por várias ocasiões esta Assembleia se pronunciou. Esta luta continua a ser travada pela população de S. Pedro da Cova, é verdade que designadamente hoje com avanços positivos, designadamente com o início das novas sondagens para avaliar a quantidade de resíduos ainda existentes no local, mas de facto as recentes declarações do Senhor Ministro do Ambiente, a este propósito, designadamente quanto ao financiamento da remoção da totalidade dos resíduos perigosos deixa-nos preocupados quanto à resolução do problema. Deixo este apelo para que as forças políticas possam intervir nesse sentido da exigência da resolução definitiva desta longa batalha, que teve até ao momento resultados positivos, que prova que valeu a pena lutar, mas ainda longe do desfecho final. Ainda no mesmo espaço geográfico, há cerca de seis meses a Câmara Municipal tornou público a aquisição de parte de equipamentos das antigas minas de carvão, anunciou que iria fazer a limpeza e vedar espaço num curto espaço de tempo e que futuramente iria fazer candidaturas comunitárias, entretanto já passaram mais de seis meses sobre o tal anúncio, chamava a atenção para esta questão, porque me parece que era importante resolver e dar passos significativos neste sentido. Uma última nota, tem a ver com a Freguesia de Fânzeres e o Pavilhão Municipal, que desde já saúdo o facto de estarem a ser realizadas obras pela Câmara Municipal de Gondomar, obras que vão estar concluídas num ano importante para o município do ponto de vista desportivo, mas não posso deixar de colocar uma questão nesta Assembleia Municipal que tem a ver com o facto de sermos questionados muitas vezes, por várias coletividades de Fânzeres que ao longo destes anos

29.NOV 2016



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Almeida'.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

tendo o pavilhão na sua freguesia com qualidade, que tem uma estrutura que é das melhores do Concelho, mas que muitas vezes o pavilhão está ao serviço de outras entidades, e não está disponível para as pessoas da freguesia. De futuro terá de, na planificação, ter em conta o que se passou no passado e ter em consideração que na freguesia não há outro pavilhão com aquela dimensão e que possa estar ao dispor da população. -----

----- MANUEL ANTÓNIO (PS) – Entregou documento, sobre o Projeto de criação da circular inter-freguesia da Foz do Sousa com ligação a Gondomar, que adiante segue. -----

----- FELISBERTO ALMEIDA (PS) – Leu e entregou documento, sobre os contrastes e a esperança da governação do Partido Socialista, que adiante segue. -----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten number 2]*

ASSUNTO: Projeto de Criação da circular inter - freguesia da Foz do Sousa com ligação a Gondomar

**Pontos Essenciais deste projeto:**

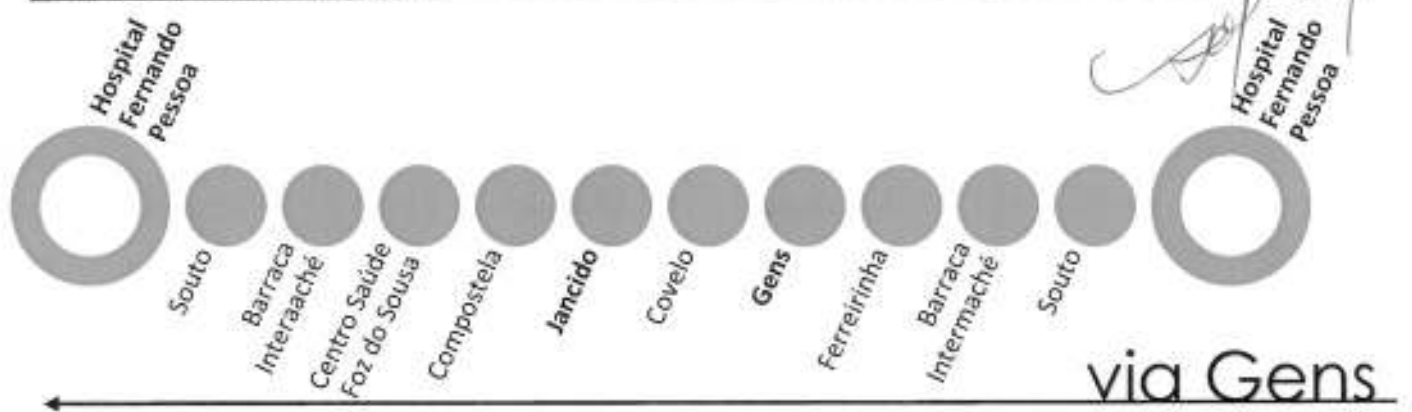
- O projeto consiste numa circular a realizar pela ETG (Empresa de Transporte Gondomarense) que passe pelos lugares de Gens, Covelo, Leverinho, Lixa, Jancido, Sousa, Ferreirinha, Jovim, Ramalde e Gondomar.
- Esta circular tem como objetivo criar um transporte direto para o centro de saúde da Foz do Sousa para os habitantes de Ferreirinha, Gens e Covelo e garantir transporte aos alunos que estudem nas escolas de Gondomar e tenham residência na Foz do Sousa. De realçar o facto de que atualmente esse transporte não existe, tendo os alunos que esperar duas horas para regressarem a casa.
- A ligação dos diversos lugares da união de freguesias é uma matéria muito importante, também concebida nesta circular.
- A ligação direta entre a Junta de Covelo e a Junta da Foz do Sousa fica assim concebida por transporte público.
- Esta circular permite também aumentar o número de carreiras de e para Gondomar, eliminando assim as falhas nos horários atuais.
- As ligações a Gondomar ficam assim mais reforçadas, beneficiando assim todos os jovens estudantes bem como os outros munícipes.
- De reforçar o facto que a população servida pelo transporte é jovem mas ao mesmo tempo idosa. O veículo para esta circular deveria ser um veículo rebaixado para melhor entrada e saída de passageiros idosos. Para isso recomenda-se um veículo O530 da Mercedes-Benz nas viagens desta circular.
- Para esta circular serão necessários 2 veículos para o período das 8h00 às 9h00 (um em cada sentido) e depois um só veículo a realizar todas as viagens.
- Em relação ao início e fim de serviço: **Quando o serviço iniciar em Gens na viagem (via Gens) o serviço iniciará no Cemitério de Gens e as viagens (via Jancido) começarão em Gens Seixidro 2. Quando as viagens terminarem em Gens (no sentido via Gens) a paragem terminal é Gens Seixidro 2. Quando as viagens terminarem em Jancido nas viagens via Jancido o término é nas Valas.**
- A paragem terminal em Gondomar será no Hospital Fernando Pessoa.
- Serviço exclusivo aos Dias Úteis, não aplicável ao Fim de Semana nem aos Feriados.

Este projeto resume-se por ser um grande benefício para a freguesia da Foz do Sousa e Covelo em relação ao transporte público permitindo uma ligação inter-freguesia e reforçando as ligações ao centro de Gondomar.

*[Handwritten signature]*



## via Jancido



### DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA

#### Via Jancido

Hosp. Fern. Pess.	Barraca	Jancido	Covelo	Gens	Barraca	Hosp. Fern. Pess.
-	-	-	-	08:30	08:38	08:48
10:00	10:10	10:20	10:32	10:37	10:45	10:55
12:00	12:10	12:20	12:32	12:37	12:45	12:55
15:30	15:40	15:50	-	-	-	-
16:30	16:40	16:50	17:02	17:07	17:15	17:25
17:30	17:40	17:50	18:02	18:07	18:15	18:25

#### Via Gens

Hosp. Fern. Pess.	Barraca	Gens	Covelo	Jancido	Barraca	Hosp. Fern. Pess.
-	-	08:00	08:05	08:17	08:27	08:37
09:00	09:10	09:18	09:23	09:35	09:45	09:55
11:00	11:10	11:18	11:23	11:35	11:45	11:55
13:30	13:40	13:48	-	-	-	-
14:30	14:40	14:48	15:53	15:05	15:15	15:30



29. NOV 2016

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Distinta Mesa  
Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Exmos. Srs. Vereadores  
Caros Deputados e Presidentes de Junta  
Distinto Público,

**Venho aqui em nome do Partido Socialista para falar de contrastes e de esperança.**

**A 26 de novembro, comemorou-se o 1º aniversário da tomada de posse de António Costa como Primeiro Ministro do governo apoiado na apelidada "Geringonça"; em 23 de outubro, comemorou-se 3 anos sobre a tomada de posse deste executivo camarário do PS.**

**E nós dizemos comemorou-se porque são, no nosso entender, 2 datas de grande esperança. A primeira para todos os portugueses, a segunda para os munícipes de Gondomar.**

Com o atual governo do PS com apoio parlamentar do BE do PCP e dos Verdes, "a tal Geringonça", foi possível estancar quer a política de cortes continuados aos portugueses quer a venda ou concessão de setores estratégicos para a nossa economia (a grupos estrangeiros).

Não é possível aqui elencar todas as medidas que este governo já tomou para desagravar as dificuldades dos portugueses, pois foram tantas que o tempo não o permite, mas mencionamos algumas, bastante marcantes, que possibilitaram essa reversão de política, estabelecendo o contraste ente o atual governo e o anterior do PSD/CDS.

Desde a reversão dos cortes dos salários, à reposição das 35 horas de trabalho dos funcionários públicos; do fim da sobretaxa de 3,5% em sede de IRS, aos aumentos das reformas e complementos; passando pela reposição dos 4 feriados nacionais que tinham sido cortados pelo governo PSD/CDS, bem como pela reativação de 19 dos 44 tribunais que tinham sido encerrados; pela redução do IVA da restauração para os 13% e pela entrega de Manuais grátis a todos os alunos do 1º ciclo; ainda existiu coragem para colocar os fundos de investimento a pagar IMI.

Realça-se também a reversão da concessão dos transportes de Lisboa e Porto. O Governo do PS decidiu entregar, a partir de janeiro de 2017, a gestão da Carris à Câmara de Lisboa e a gestão da STCP aos seis municípios da Área Metropolitana do Porto, aplicando o princípio da subsidiariedade, porque os transportes públicos devem fazer, e fazem, serviço público.

O Atual governo do PS apoiado na "Geringonça" fez aumentar a participação do estado no grupo TAP de 39% para 50%, passando a ter voto de qualidade no Conselho de Administração, recuperando assim a nossa companhia aérea;

Não podemos olvidar, que a EDP, a maior empresa elétrica do país. A REN – Redes Elétricas Nacionais que gere as principais infraestruturas de transporte de eletricidade e de gás natural. A ANA que controla todos os aeroportos nacionais. A TAP que, entre outras coisas, é fundamental na captação de turistas para o país, o porto de Sines (détido pela PSA de Singapura) e todos os outros portos (Lisboa, Setúbal, Leixões, Aveiro e Figueira da Foz, controlados pela empresa turca Yilport), todos foram vendidos ou concessionados a investidores estrangeiros, pelo anterior governo PSD/CDS.



29 NOV 2016

Da banca salva-se a Caixa Geral de Depósitos (que apesar desta polémica, por culpa própria que não escamoteamos) foi possível impedir que, tal como aconteceu com a restante banca, acabasse nas mãos de algum grupo estrangeiro, conseguindo-se a aprovação da União Europeia para a recapitalização da CGD pelo estado, permitindo que continue a ser um banco público ao serviço da nossa economia e das nossas famílias.

É um país que não controla os seus portos e aeroportos, que não tem controlo sobre a produção nem a distribuição da sua energia nem do seu sistema financeiro, é necessariamente um país que, no futuro, será mais dependente e incapaz de definir uma estratégia nacional de desenvolvimento. E no nosso entender das muitas políticas erradas praticadas nos últimos 4 anos pelo governo PSD/CDS, esta foi provavelmente a de maior falta de visão levando a que agora Portugal seja menos independente.

Um governo tem necessariamente de ter uma visão de desenvolvimento para o futuro. E a "Geringonça", tem uma visão no sentido de preservar na medida do possível o que ainda é português, garantindo o serviço público, defendendo a justiça e a equidade social e territorial.

A "Geringonça", acabou com o mito de que a ação governativa era pertença apenas do CDS, PSD e PS, finalizou a narrativa "dos partidos do arco da governação". Foi implementando a democracia plena em Portugal, mostrando que todos os partidos eleitos para a Assembleia da Republica podem participar na construção democrática do país.

Por último apesar do défice de 2015 ter ficado acima dos 3%, responsabilidade orçamental do governo PSD/CDS, este governo pela sua credibilidade conseguiu, a 16 de novembro deste ano, encerrar definitivamente o processo que ameaçava suspender os fundos comunitários por parte da Comissão Europeia. Todos os dados apontam no sentido de que o governo do PS com apoio parlamentar do BE, PCP e Verdes conseguirá para o ano de 2016 o menor défice dos últimos 40 anos, provavelmente na ordem dos 2,4%.

**Ah! E o desemprego está a baixar e o crescimento do PIB acelerou muito expressivamente entre o segundo e o terceiro trimestre de 2016. Muito para além de todos os prognósticos.**

Minhas Senhoras e meus Senhores, este mesmo espírito de serviço público e a vontade da defesa da equidade social e territorial também emanam dos 3 anos de gestão camarária em Gondomar.

Este executivo quando tomou posse deparou-se com uma dívida megalómana na ordem dos 141 Milhões€ (segundo um estudo independente da Deloitte), em setembro último, a dívida cifrava-se nos 105,9 Milhões€ prevendo-se que no final do ano seja reduzida para os 104 Milhões€. Este executivo do PS já reduziu a dívida em mais de 26%.

Este executivo PS foi confrontado quando tomou posse, com processos judiciais que caso a litigância fosse efetuada à data e perdida pela câmara, seriam impossíveis de serem resolvidos, levando ao colapso da Câmara de Gondomar.

Com a câmara pouco informatizada, foi necessário realizar um esforço e foi efetuada a aquisição de imenso material informático, tendo em vista a simplificação dos processos burocráticos e a transparência. Começava assim a ser cumprido o programa com que o PS se candidatou à Câmara de Gondomar.



29.NOV.2016

À época (2013) o município de Gondomar estava no "Ranking de Transparência dos Municípios Portugueses"<sup>1</sup> em lugar nº 142, em 2015 encontrava-se já no lugar número 48.

Este executivo do PS tem fomentado o incentivo da atividade económica do município potenciando o Turismo. Sem ter executado obras faraónicas, tem-se desdobrado na resolução dos mais diversos problemas das populações, alguns há já muitos anos, por solucionar.

Apesar das dificuldades financeiras herdadas, os problemas foram sendo sanados ao longo destes 3 anos, a contento das populações. E mesmo alguns equipamentos que no tempo do anterior executivo estavam subaproveitados e sem rentabilidade, como por exemplo o Parque Tecnológico o "Pavilhão Multiusos", ou a "Casa Branca de Gramido", passaram a ter uso potenciador da sua rentabilidade.

Foi criada uma marca que alia os 2 ativos fundamentais do Município o rio Douro (antes ostracizado) e o Ouro. Promoveu-se a imagem do concelho, através de medidas de diplomacia económica, no País e na Europa.

Hoje a grande maioria dos compromissos do programa eleitoral do PS estão cumpridos.

Foram estabelecidas parcerias com Universidades de onde resultou a criação de uma incubadora de empresas, foi criado o gabinete do empreendedorismo e fomentada uma parceria com a ANJE que permite receber encaminhar e orientar novos empresários.

Simplificaram-se processos, como meio de apoio e facilitação das tarefas do investidor/empregador, na sua relação com a autarquia;

Este executivo PS procedeu à redução dos impostos municipais tendo como finalidade atrair e fixar empresas (um dos exemplos, a redução em 5% as taxas de licenciamento para investidores, por cada 10 postos de trabalho criados (a manter no mínimo por 5 anos), com direito de reversão);

Reduziu as taxas municipais ao nível do IMI. Baixou em 40% a taxa máxima, para uma taxa de 0,30%, nas freguesias do Alto Concelho, como medida de combate à desertificação populacional e baixou em 30% a taxa máxima, nas freguesias urbanas, para uma taxa de 0,35%;

Agravou em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos devolutos (desabitados) ou em ruínas, que possam colocar em causa a segurança de pessoas e bens, existindo a intenção de penalizar ainda mais todos os proprietários que, reiteradamente, põe em perigo a saúde e segurança pública;

Fixou as taxas da derrama em 1,5% - para empresas com volume de negócios superior a 150.000,00€ e de 0,75% - para empresas com volume de negócios inferior a 150.000,00€, desagravando assim as pequenas e médias empresas;

Contribuiu para a dinamização do parque de ourivesaria, adequando-o à atual realidade socioeconómica;

Criou a Rota da Filigrana, gerando atividades para visitantes e turistas e promoveu a sua divulgação com inúmeras presenças em diversos certames fora do concelho;

<sup>1</sup> Fonte: <https://poderlocal.transparencia.pt/ranking-global>



29. NOV. 2016

Realizou a Expo Gondomar, certame que marcou o regresso de uma feira que mostra aos visitantes a atividade empresarial do concelho, visitada por milhares de pessoas e que recuperou o espírito da extinta Agrindústria.

O Município de Gondomar nunca era ouvido nem participava em qualquer fórum de debate sobre o rio Douro, hoje é parceiro, com voz ativa; de Universidades, da Autoridade Marítima e Portuária e do Observatório para a Navegabilidade zelando pela incrementação do turismo, pela qualidade da água, pela preservação da pesca, etc.

O saneamento no alto concelho está em via de implementação;

Está a ser e será ainda melhorado o aspeto ambiental através da criação de parques urbanos e outras medidas de qualificação ambiental, nomeadamente dos cursos de água;

Realizou uma diversificação do apoio social, abrangendo por exemplo o apoio ao arrendamento e à aquisição de medicamentos;

A nível desportivo entre outras coisas promoveu o reconhecimento dos nossos atletas e conseguiu que Gondomar, em 2017 fosse a cidade europeia do desporto, com toda a projeção nacional e internacional que tal proporciona;

Realizou uma grande requalificação da rede viária, beneficiando o dia a dia dos munícipes;

Com este executivo PS, a oferta cultural passou a ser um fator diferenciador em quantidade e em qualidade, permitindo também dessa forma recuperar e "dar vida" a edifícios fechados;

Foi implementado o orçamento participativo, como medida de descentralização, transformação e proximidade, promovendo a participação dos cidadãos nas questões que envolvem as suas condições materiais de vida;

Foram estabelecidos protocolos de descentralização de competências e meios com as juntas de freguesia, de forma transparente e regulada;

Foi encerrado o processo de revisão do PDM que se encontrava em revisão e caducado desde 2004, repito, caducado desde 2004, clarificando, dando ordem e transparência ao concelho.

Enfim, podia estar aqui pela noite dentro a enumerar o muito que já foi realizado pelo atual executivo camarário do Partido Socialista, mas não vos maço mais, já é o suficiente para provar que o antes, não deixa saudades.

Refiro apenas e para terminar, que o Concelho de Gondomar passou a ser conhecido não pelas escadas e pela entrada do Tribunal, mas pelas iniciativas culturais, desportivas e pelo seu potencial económico e turístico.

Concluindo, a esperança está de facto a ser devolvida a todas e a todos.

*Pelo Grupo Parlamentar do P.S.*

29.NOV.2016



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Sá Casal'.

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- ANTÓNIO SÁ CASAL (PSD) – O que me traz aqui hoje é uma situação peculiar, com a queda das folhas, na Rua Ponte Barreira, ficou a descoberto dois ninhos de vespa asiática, é uma zona que tem bastantes casas, a Proteção Civil já lá foi, mas segundo me disseram, os ninhos estão bastante altos e terá que vir uma empresa de fora e que é um processo que poderá demorar algum tempo. O que solicitava é que dentro do possível fosse abreviado o mais rápido para evitar danos. -----

----- IDALINA PEREIRA (PSD) – Leu e entregou documento, sobre várias anomalias nas escolas do Concelho de Gondomar e Gondomar ser em 2017 Capital Europeia do Desporto, que adiante segue. -----

29.NOV.2016



Exmo Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente, Sras e srs Vereadores, caras e caros deputados, sras e srs,

Gostaria que este executivo hoje, desse uma explicação aos presentes em particular, e aos Gondomarenses em geral, no que toca à situação deplorável a que chegou alguns aspectos da vida escolar do nosso concelho, que passo a enunciar:

Por acaso, este executivo tem noção da vergonha que têm sido as refeições nas esmagadora maioria das escolas no concelho, com especial relevo para as do alto concelho???

Por acaso sabem que, além da fraca qualidade da comida, também o é em quantidade?

Por acaso têm conhecimento que dezenas ou centenas de crianças comem a sua comida já fria?

Por acaso têm conhecimento que dezenas de crianças ficam a olhar para o prato e com vontade, para não dizer com fome mesmo! E que a situação mais grave ainda, fora reportada por funcionárias e por professoras e nada fora feito! Por acaso sabem que mais vezes que o aceitável, surgem ingredientes nas refeições que não deveriam fazer parte da ementa ( insectos da horta, e outros mais).

A que preço os Gondomarenses pagam o serviço desta empresa? Quantos Euros são poupados (ou não????) para que estas crianças sejam tratadas desta forma, quando sabemos que, muitas das vezes esta seria a única refeição quente e digna que poderiam usufruir no seu dia. Pensem nisto quando estão sentados à mesa em almoços e jantaras opíparas, pagos com o dinheiro dos impostos dos gondomarenses.

Para não falar que, nestas escolas, nem papel higiénico há. Os encarregados de educação, além do material escolar que acompanha o aluno na mochila, têm de colocar um rolo de papel higiénico também. As necessidades são reportadas sem que as mesmas sejam supridas, mesmo após serem solicitadas, em desespero de causa, junto dos presidentes de junta de

freguesia. Ora, perante tal abandono, os docentes , não têm outra solução senão recorrer às associações de pais para colmatar estas graves falhas. Tomando o lugar que deveria ser da autarquia. Assim meus senhores, é fácil fazer "bonito", com o dinheiro dos outros.

São desde pequenas intervenções/manutenções nas escolas, a fotocópias, tinteiros, impressoras, folhas, material escolar, enfim, uma panóplia de responsabilidades que é da responsabilidade da autarquia, e não das associações de pais.

Lamentavelmente o que sucede é que, as quotas destas mesmas associações de pais, em muitos casos, chegam a ser de 10€ mensais. Quando sabemos segundo estatísticas últimas que, algumas freguesias do nosso concelho estão entre as mais empobrecidas do país.

Agora minha dúvida e pergunta, quem tem as competências para resolver estes vergonhosos problemas, a Descentralização inclui o dinheiro dos pais? Qual a função da câmara? Qual a função da junta?

Um outro facto que gostaria de comentar e parabenizar o executivo pelo feito. (Sim, porque desta bancada também saem elogios quando assim tem de ser, não apenas críticas e o típico "bota-abaixo" de quem está na oposição), e, que se prende com o facto de Gondomar, ser em 2017 Capital Europeia do Desporto. Neste sentido, sinto-me uma privilegiada, pois uma das últimas Capital Europeia do Desporto, fora Guimarães a detentora do título, cidade onde sou originária e onde cresci e vivi até aos 18 anos. No entanto, surgem algumas dúvidas. Qual foi o objectivo do Sr. Dr. Marco Martins ao concorrer a este programa? Melhorar os clubes existentes? Dar condições para que estes consigam mais e melhores atletas? Criar novos clubes? Novas instalações desportivas?

Ou melhorar as que já existem? Vai proporcionar mais actividades? Vai organizar eventos e quais?

Em que ponto de partida nós estamos, e aonde queremos chegar? Quantos atletas federados o concelho de Gondomar têm? Quantos clubes amadores o concelho de Gondomar têm? Quantas instalações desportivas o concelho de

29. NOV 2016

gondomar tem? Gostava de salientar que na esmagadora maioria, são os encarregados de educação, os pais novamente, a custear praticamente a 100% as actividades desportivas dos seus filhos, pois os clubes onde praticam as diferentes modalidades, vivem com extremas dificuldades económicas, e o dinheiro que recebem da Câmara, não chega na maioria das vezes para pagar às federações desportivas, as licenças para que as crianças possam competir. São os pais a subsidiar equipamentos, deslocações, alimentação para que as crianças possam praticar desporto, e levar o símbolo de Gondomar por esse Portugal fora. Mais uma vez assim, é fácil fazer "Bonito", com o dinheiro dos outros!

Tal como referi anteriormente, sou de Guimarães, e fui por curiosidade saber quanto é que o executivo, executivo esse socialista, gastou para dinamizar um ano a cidade capital europeia do desporto, sabe quanto gastou? Pouco mais de 500 mil euros, agora a minha duvida e indignação, sim, indignação porque o dinheiro que vão gastar, não é nada mais nada menos dos munícipes de gondomar, vão gastar 2 milhões e meio a três milhões? Três milhões? Porquê uma diferença brutal? De uma cidade que teve o mesmo evento, uma cidade que têm mais ou menos os mesmos clubes federados, mais ou menos o mesmo número de atletas atletas e instalações, e mais uma cidade que também é gerida pelos vossos camaradas. Quando ainda há poucas assembleias atrás, foi chumbado a proposta para o IMI "familias". Gostaria que nos explicassem ao pormenor a mim e todo o público para onde o nosso dinheiro está a ir. Ou vai ser só festas desportivas que nada enriquece os Gondomarenses.



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. N. N. N.' or similar, written in a cursive style.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

-----PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Vou tentar esclarecer algumas das questões. A Senhora Deputada Eugénia Faria, colocou aqui a questão da Ribeira da Granja e ainda bem que está resolvida, ainda hoje o Senhor Vereador teve o cuidado de me mostrar uma carta dos Serviços Municipalizados da Maia, dando conta do que a Senhora Deputada aqui disse, ainda bem que foi resolvido, que todos ajudamos para resolver um problema que era grave. Quanto à questão do Moinho da Vitória, não posso dizer de momento, ao pormenor o que lá vai ser feito, mas está no âmbito de intervenção no Parque Urbano, o projeto de execução está a ser ultimado após as sugestões que foram dadas. Deputado Rui Nóvoa e o Senhor Presidente da Junta de Fânzeres e S. Pedro da Cova, colocaram aqui a questão dos resíduos. É público que há cerca de um mês através de uma audição na Assembleia da República o Senhor Ministro do Ambiente disse que não havia dinheiro do POC para financiar a remoção do resto dos resíduos, mas também é verdade, que se fez um filme melodramático à custa disso, porque pelo facto de um programa operacional não financiado e o facto de o Governo anterior ter feito mal a candidatura e ter agora este Governo de devolver dez milhões de euros, não implica que não haja outras formas de financiamento. Tem havido empenho do Governo, o Senhor Ministro tem falado comigo sobre esta matéria e até à data não tem falhado, a verdade é que hoje, dia vinte e nove, começaram as operações de quantificação e tem um compromisso público de em janeiro, depois da quantificação exata, apresentar uma resolução para a remoção, sendo certo que terá de se apurar quais as consequências e qual a gravidade do que lá está e se vale a pena ou não remover tudo, mas isso é uma questão técnica. A questão do Pavilhão de Fânzeres, é verdade que havia e há um acordo, relativamente à utilização preferencial daquele pavilhão, mas também é verdade que

29.NOV.2016



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

nenhum evento foi recusado. A intervenção que está a ser feita vai permitir a prática de outras modalidades, e mais iniciativas. O Senhor Deputado Sá Casal colocou a questão dos ninhos das vespas asiáticas, agradeço o registo, já foram removidos cerca de cento e quarenta e a prioridade é junto de escolas e serviços públicos, vou ver qual é o grau de priorização para se eliminar esses dois ninhos. A Deputada Idalina colocou a questão da educação, das refeições, dada a dimensão dos problemas que aqui colocou, gostava que me dissesse o local e a escola onde isso aconteceu, tem de me dizer aonde e quando é que falhou para atuar, porque temos um programa de monitorização através dos agrupamentos, dos coordenadores e não há falhas, mas se houver temos de atuar junto da empresa. Há uma nutricionista na Câmara que faz esse trabalho. Quanto à questão do material, das competências, Senhora Deputada sugeria que lêsse a lei que a elegeu, porque a mesma lei que a elegeu, diz o que compete e a quem. Quanto à questão da Cidade Europeia do Desporto, há um site chamado "ced 2017.cm.gondomar.pt" tem lá tudo, onde vai ser gasto o dinheiro, é público, o que queremos acima de tudo é que em Gondomar, daqui a um ano, seja mais aproveitada a CED, mais do que foi em Guimarães, sem prejuízo do mérito e sucesso que Guimarães teve, o nosso desafio é que Gondomar seja um exemplo no país e na Europa. -----

----- VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: -----

----- RECOMENDAÇÃO DO BE, sobre a tragédia dos refugiados e migrantes que fogem à guerra: Aprovada por maioria, com 9 abstenções (7 PSD + 2 CDS-PP). -----

----- MOÇÃO DO BE, sobre a avaliação do volume dos resíduos perigosos existentes nas antigas minas de S. Pedro da Cova: Aprovada por unanimidade. -----

29. NOV 2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – O Senhor Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas dirigiu-se à Mesa a solicitar que um assunto fosse à Assembleia, a Mesa concordou, é um assunto que tem a ver com a gestão financeira da Junta, necessitava que isto fosse hoje aqui discutido, é um assunto simples, que iria para a Assembleia de dezembro, mas que a Mesa concordou com o pedido do Senhor Presidente da Junta e iria como ponto prévio, que tem a ver com os transportes escolares e uma adenda aos transportes escolares. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – A questão legítima colocada pelo Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Melres e Medas, do não agendamento por motivos que presidem à mesa e em reunião de líderes, que diz respeito à Mesa e que respeito, mas o mesmo problema que se prende com Melres e Medas, prende-se também com a União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo e com a Junta de Freguesia da Lomba, estas três freguesias têm alterações ao contrato de delegação de competências, Senhor Presidente se me permite é de inteira justiça que a correção a ser feita para uma Junta de Freguesia, seja feita para as três, isto foi devidamente aprovado no órgão executivo, por decisão da reunião de líderes e da mesa, foi agendado para uma próxima sessão da Assembleia e não para esta, foi um precedente que se abriu, mas não tenho de opinar sobre ele, mas acho que ao ser agendado um ponto, deviam ser os três pontos, porque a matéria é exatamente a mesma para os três territórios. O que acontece é que na última sessão aprovou os contratos interadministrativos de delegação de competências relativamente aos transportes escolares, acontece que esses contratos são atualizados no tempo porque muitas vezes são acrescentadas novas crianças e

29.NOV 2016



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

esta medida abrange três freguesias que foram ambas aprovadas em reunião do executivo Camarário e foram enviadas para o Senhor Presidente. É compreensível que as dificuldades de gestão financeira que se coloca nas freguesias de Melres e Medas, também se coloquem em Foz do Sousa e Covelo e na Lomba. -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Ponho isto à vossa consideração como ponto prévio. Reconhecida a urgência por *unanimidade*, dos membros presentes e nos termos do disposto no artigo 26º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro e do artigo 50º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foram admitidos os seguintes pontos não incluídos na ordem do dia: -----

----- Transportes Escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo – Proposta -----

----- Transportes Escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia da Lomba – Proposta -----

----- Transportes Escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a União das Freguesias de Melres e Medas – Proposta -----

----- Transportes Escolares – Transporte dos alunos da Escola EBI de Moreira para a Escola EBI de Cimo de Vila – Adenda ao contrato interadministrativo celebrado com a União das Freguesias de Melres e Medas – Proposta -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – O que se passa aqui é que o município suporta o custo do transporte escolar para as crianças do primeiro ciclo e penso que também para o pré-escolar e se celebra sobre a forma do contrato interadministrativo de delegação de competências que tem de ir a reunião do executivo municipal e deliberativo municipal e

29. NOV 2016



*Mh*  
*SEP*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

depois aos respetivos órgãos das Juntas de Freguesia. E o que está previsto, há uma tabela que identifica aluno a aluno, o local da residência, a escola de destino, quilometragem e o respetivo valor. O que está aqui em causa, é de facto três contratos interadministrativos para as três freguesias do Alto do Concelho que fazem o transporte das crianças e de uma adenda de retificação que entretanto existiu, relativamente a Melres e Medas. -----

----- **Transportes Escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo – Proposta** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- **Transportes Escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia da Lomba – Proposta** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- **Transportes Escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a União das Freguesias de Melres e Medas – Proposta** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- **Transportes Escolares – Transporte dos alunos da Escola EBI de Moreira para a Escola EBI de Cimo de Vila – Adenda ao contrato interadministrativo celebrado com a União das Freguesias de Melres e Medas – Proposta** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- **1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (29-09-2016)** -----

----- **ANTÓNIO SÁ CASAL (PSD)** - Solicitou que a sua intervenção naquela sessão ficasse integralmente registada. -----

29.NOV.2016



Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located in the top right corner of the page.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- 2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre: -----

----- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2017 -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Este orçamento prevê as grandes linhas orientadoras para dois mil e dezassete, prevê um aumento significativo relativamente a dois mil e dezasseis, porque agora o que há em dois mil e dezassete, a adição do valor dos fundos comunitários, após a saída do PEDU no âmbito do “Portugal 2020” que não existia o ano passado. Tem um conjunto de projetos estruturantes como seja o Parque Urbano de Gondomar (S. Cosme), a ligação do Polis em Valbom, o Parque Urbano de Rio Tinto, o intercetor, um conjunto de intervenções em conjuntos habitacionais relevantes como na Gandra em S. Pedro da Cova, na Santa Barbara em Fânzeres, em Melres e Medas, nas Areias em Rio Tinto, o conjunto EB 2,3 fruto do acordo que o Governo assinou com os municípios e todas as propostas que os Senhores Presidentes de Junta fizeram, obviamente que não há milagres e não obstante estarem abertas rubricas para todas as intervenções, temos consciência que a dotação que está atribuída não é suficiente para as realizar, mas o que optamos foi uma medida preventiva de inscrever rubricas para todas as atividades para depois consoante a liquidez e o cabimento disponível, fazer alterações que são do executivo para poder de acordo com o conversado com os Senhores Presidentes de Junta, poder intervir mais celeremente. Dizer também que, quando elaboramos este orçamento, só de compromissos de cabimentos transitados refere-se a vinte e seis dos tinta e um milhões de euros de investimento, que já havia para além das despesas correntes, dos recursos humanos e o serviço da dívida que pesa seis, quatro milhões de euros, do total deste orçamento, ou seja,

29. NOV 2016



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Rui Nóvoa'.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

quase oito por cento do mesmo. É um orçamento ambicioso, difícil de executar, não só pela dificuldade de aliar a receita à despesa, mas também pela capacidade da execução de tantas intervenções. Que fique claro, não é nenhum sistema eleitoralista, porque a maioria das rubricas que deste orçamento são plurianuais, não estarão prontas para as próximas eleições. Senhores Deputados, o que queremos com este orçamento é transparência e rigor e tivemos o cuidado de o subdividir em várias unidades orgânicas para que se conseguisse perceber qual é o custo efetivo da chamada contabilidade analítica de cada pelouro, de cada serviço do Município, sendo certo que também as áreas que mais consomem recursos financeiros são o ambiente e a educação, obviamente pela grandeza e dimensão que implicam e no ambiente pesa muito a prestação de serviços de recolha e limpeza urbana, mas também a fatura da Lipor pela deposição dos resíduos no respetivo tratamento. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Leu e entregou documento, que adiante segue.-----

29.NOV.2016



## Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano

Na apreciação deste Orçamento municipal para 2017, um dos pontos a salientar é que foi elaborado num quadro político em que um novo governo começou a reverter políticas muito gravosas contra as autarquias.

Lembremos que PSD e CDS/PP retiraram milhões de euros aos municípios para o chamado Fundo de Apoio Municipal (FAM), tentaram extinguir o IMT e diminuíram as transferências do Orçamento do Estado para as autarquias, violando a própria lei das finanças locais. Também as trabalhadoras e os trabalhadores da administração local, que todos os dias põem a funcionar os municípios e as freguesias, foram atingidos pelo corte nos salários, congelamento nas carreiras e demais políticas da direita contra o poder local.

Se há sinais positivos nas transferências de verbas do Estado para as autarquias, se foram introduzidas medidas de maior transparência na relação da Autoridade Tributária e outras entidades da administração central com os municípios, se são anunciadas alterações significativas na informação a prestar pelas operadoras de telecomunicações sobre taxas que revertem para os municípios, há ainda muito por fazer no Estado para que as autarquias possam desempenhar o importante papel que a Constituição lhes atribui.

Registamos o esforço do Executivo para melhorar a forma de apresentação do Orçamento. Os números e a sua classificação

contabilística são importantes. Mas o decisivo num orçamento autárquico é explicitar quais são as prioridades, as escolhas políticas e as opções de quem dirige a Câmara. E não é claro para as cidadãs e cidadãos de Gondomar quais os compromissos do Executivo municipal, que estratégia está a ser desenvolvida para colocar Gondomar num patamar de progresso e desenvolvimento social muito acima do que foi deixado pelo anterior executivo camarário.

Quais são as metas, nas mais importantes áreas de intervenção, como o ambiente ou a qualidade de vida dos milhares de pessoas que vivem e trabalham em Gondomar?

Um exemplo entre muitos. Hoje todas as cidades da Europa e do mundo estão confrontadas com o problema das alterações climáticas. Há um ano atrás decorreu em Paris a COP 21, para tentar encontrar uma resposta mais eficaz às situações que estão a mexer, dramaticamente com o clima, a saúde das populações e a biodiversidade.

Ora uma forma concreta que os municípios têm de responder a este problema, é assumirem o compromisso, através do Pacto de Autarcas da União Europeia, de reduzir as emissões de CO2 em 40% até ao ano 2030. Mas apesar das repetidas sugestões do Bloco de Esquerda, o Município de Gondomar continua sem se juntar às mais de 6.000 cidades europeias que estão comprometidas no combate às alterações climáticas.

E os mais de 400 feridos que todos os anos se registam em Gondomar em resultado de acidentes na via pública, não exigiriam um maior empenhamento do Município, o apontar de metas para reduzir significativamente esta situação?

Na animação cultural, sempre tão necessária para uma cidadania mais ativa, porque não dar mais apoios à rede local de associativismo, para iniciativas mais consistentes? E que pode fazer o município pelos mais de 12.000 desempregados registados pelo IEFP em Outubro último?

29 NOV 2016

É referido e bem para o próximo ano o tarifário especial aos consumos de água dos agregados familiares em situação de carência sócio-económica e a agregados familiares numerosos, é necessário tornar o processo mais simples para que chegue a mais famílias, pois só assim esta importante medida cumprirá a sua função de ajudar quem mais precisa, por isso entendemos que o processo de adesão devia ser automático e não necessitar de tanta papelada como é exigido

Sabemos que este Executivo herdou uma pesadíssima herança (financeira e não só) dos anos de governação de Valentim Loureiro. Mas é também por isso que se tem que exigir uma ruptura com as anteriores políticas.

Não é este ainda o Orçamento que, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, responde aos anseios e necessidades da população de Gondomar.

Por isso votaremos CONTRA, reclamando um corte ainda mais profundo com as práticas políticas dos anteriores Executivos.

Gondomar, 29/11/2016

O deputado municipal do Bloco de Esquerda



Rui Nóvoa

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luís' followed by a flourish.

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Permitam-me fazer algumas considerações. Penso ser este o momento indicado para perceber aquilo que foi a evolução do orçamento desta maioria do PS nos últimos anos. Em primeiro lugar temos de ter em consideração o seguinte: Numa primeira ideia é que a previsão, falando de receita no ano de dois mil e catorze e dois mil e quinze foi idêntica e o seu nível de realização também, foi cerca de noventa por cento. Em dois mil e dezasseis tivemos uma previsão de receita catorze por cento superior a dois mil e quinze, resultou na globalidade como o Senhor Presidente referiu na inscrição de transferências ao abrigo do “Portugal 2020”, que representa uma pouco mais de catorze virgula cinco milhões, tendo em conta os dados que estão disponíveis no relatório até trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis. Neste momento a execução da receita está mais ou menos em cinquenta milhões, se fizermos um exercício com o comportamento da arrecadação de receita até ao final do ano, seja mais ou menos igual aquilo que foi em janeiro até outubro, a receita não deverá ultrapassar os sessenta milhões, ficará num grau de execução de sessenta e sete por cento. As transferências do “Portugal 2020”, o PEDU, o intercetor de Rio Tinto, que na previsão anterior para o ano de dois mil e dezasseis já representavam dezoito virgula cinco por cento desse aumento e ter em consideração que ainda não tiveram nenhum grau de execução. A conclusão que podemos tirar é que existe uma forte possibilidade do nível de execução orçamental neste ano ser claramente inferior aquilo que foi em dois mil e catorze e dois mil e quinze. Pensamos que a Câmara devia ter isto em consideração na elaboração do orçamento para dois mil e dezassete, mas não o teve, porque a previsão de recolha de receita para dois mil e dezassete ainda é superior aquela que previu para dois mil e dezasseis. Em

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

dois mil e dezassete, a Câmara prevê esse aumento de receita relativamente ao que espera das transferências do “Portugal 2020” e das transferências de capital do Estado. Aqui começa a parte que não conseguimos compreender. O Senhor Presidente já referiu aquilo que não vem nos documentos e que faz muita falta, que são os planos plurianuais de investimentos mas vejamos que relativamente ao “Portugal 2020”, que representa essa previsão de aumento, daquilo que é público a Câmara Municipal, no âmbito do “Portugal 2020” assinou para o PEDU um contrato que prevê receber quinze virgula cinco milhões, para o Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial três milhões, mas depois vamos ao orçamento e vemos no PEDU treze virgula cinco milhões orçamentado para dois mil e dezassete e no PDCT quatro milhões e é aqui que entendemos que algo não pode bater certo, por duas questões: a programação como entendem nestes dois programas não se pode concentrar em dois mil e dezassete, não é exequível ser em dois mil e dezassete, é isto que não compreendemos. Diz que há um aumento dessa receita, nesse orçamento, mas não é real. Ainda sobre a questão que tinha referido do aumento da previsão de receita, diz respeito aquilo que são as transferências correntes, daquilo que são as transferências do Estado em que a Câmara Municipal prevê receber mais nove milhões de euros do que previa receber em dois mil e quinze. As Grandes Opções do Plano, fazendo uma análise do que tem sido estes três anos de maioria do Partido Socialista, o Relatório e Contas de dois mil e catorze não nos permitiu perceber o nível de execução das Grandes Opções do Plano, mas o de dois mil e quinze permitiu, o de dois mil e quinze diz-nos que o nível de execução foi perto de oitenta por cento, é um bom valor, mas depois se formos a analisar em concreto percebemos que em dois mil e quinze estavam previstas duzentas e nove ações, cento e seis tiveram alguma execução e cinquenta e duas, ou



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'L. Silva'.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

seja, vinte e cinco por cento das Grandes Opções tinham financiamento definido de um euro, assim chegou-se aos oitenta por cento, naquelas opções onde havia financiamento, onde havia orçamento, tiveram execução. Nesta sequência, em dois mil e dezasseis aumentou também o financiamento, no crescimento é de dezanove vírgula um por cento face a dois mil e quianze e em dois mil e dezassete também aumenta vinte e sete vírgula um por cento face a dois mil e dezasseis e aqui volto a tocar neste ponto, de facto o POCAL sofreu algumas alterações mas no nosso entendimento não foram assim tão substanciais, para nestes três anos o orçamento ter sido apresentado sempre de forma tão diferente, que não permite uma leitura adequada destes documentos, nomeadamente aquilo que são os planos plurianuais de investimentos, que deviam estar integrados nestes documentos de previsão e não estão e isso faz com que a Câmara Municipal faça o que o executivo anterior também fazia, englobar nas GOP um conjunto de ações que não são mais do que despesa corrente, metem tudo no mesmo saco. Relativamente a dois mil e dezassete, o que conseguimos constatar e é aqui que tiramos uma conclusão política disto, que é aquilo que temos vindo a referir nestes três anos de mandato. Acompanhando aquilo que é o crescimento da sua previsão, também em projetos, apresenta uma previsão de realizar setecentos e vinte e nove projetos, setenta e sete destes já estão em curso, seiscentos e cinquenta e dois irão iniciar em dois mil e dezassete, mas destes seiscentos e cinquenta e dois, cento e cinquenta e oito têm um financiamento atribuído de cem euros, isto não é para realizar e o Senhor Presidente pode dizer que está lá aberta a rubrica mas não é para fazer. E estas GOP também revelam aqui que é um dado muito elucidativo para nós que temos apontado aqui como crítica e tem sido isso que nos tem feito votar contra os orçamentos, em termos percentuais o turismo representa um por cento das GOP e o



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Oliveira'.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

desenvolvimento económico representa um virgula um por cento. Uma última consideração que acho que é importante, todos se recordam que em abril de dois mil e quinze, todos fomos alarmados pela notícia da dívida da Câmara Municipal poder atingir os mil milhões de euros, o que conseguimos constatar, vamos ao relatório e contas e vemos que no ano é considerado nesta questão de pagamento de dívidas e perguntamos aonde é que está esta possível dívida dos mil milhões? O que isto resultou para a CDU, foi fazer com que a Câmara Municipal se refugiasse no argumento de cortar às freguesias e noutros projetos. Por estes motivos a CDU vai manter o seu voto contra também este ano. -----

----- PEDRO OLIVEIRA (CDS-PP) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----



## ORÇAMENTO 2017

O Orçamento Municipal é um instrumento fundamental naquela que é a concretização das opções políticas de quem, numa determinada conjuntura, tem por tarefa gerir os destinos concelhios, pois representa a escolha concreta e o seu financiamento, das medidas tidas por essenciais tomar, em prol da potenciação de uma melhoria efectiva da qualidade de vida da comunidade destinatária de tais medidas.

Os munícipes e o seu bem-estar, são claramente o único propósito da ação autárquica, pelo que todo o esforço despendido na real perceção das concernentes premências, na perceção das suas efectivas necessidades, é sempre insuficiente e quase nunca consensual, razão porque o empenho político na decisão de quais as áreas de intervenção e da sua boa interligação, assume uma preponderância enorme e exige uma clarividência genuína de todos quantos estão empossados de tão subida incumbência.

Ora, neste contexto, a doutrina incorpora um papel primordial na definição dos critérios de escolha, já que representa todo um acervo de prioridades a salvaguardar enquanto componentes de um caminho entendido como mais adequado a um melhor alcance da tão pretendida qualidade de vida da comunidade destinatária da governação autárquica.

Assim e partindo destes pressupostos, não podemos deixar de constatar uma profunda ausência de um caminho ordenador que tempere os documentos apresentados e que permita descortinar que objectivos estruturais ou estruturantes visam ser alcançados. A nós CDS/PP, parece-nos um exercício redundante, porque mantém as mesmas insuficiências, as mesmas opções soltas, e sem um "fio condutor" que o integre numa estratégia pré-definida. Surgem-nos apenas como uma forma de "cumprir calendário", como a formalização de uma obrigação legal, dando a entender que o

29. NOV 2016

próximo ano não mudará a tendência dos últimos anos de uma governação "à vista", conjuntural, seca de um verdadeiro plano de transformação deste estado amorfo, apático, descrente, em que o concelho se encontra.

Todos sabemos que as GOP's e o Orçamento estão, à partida, aprovados, não dependendo para tal dos votos do CDS. Apesar de assim ser, continuamos a entender que a actual maioria tem todo o direito em apresentar estes documentos com o teor e o sentido que entender (mesmo que lhe não vislumbremos sentido nenhum), pois continuam a beneficiar da legitimidade para o fazer emergente do voto popular.

As GOP e Orçamento do CDS seriam documentos inequivocamente mais dinâmicos e ousados e transformadores do actual *Status Quo* municipal, não podendo portanto aderir minimamente à presente proposta da maioria. No entanto, e reconhecendo-lhe a devida legitimidade para o respectivo conteúdo proposto, o CDS abster-se-á na votação que se seguirá.

Gondomar, 29 de Novembro de 2016

  
Margarida Oliveira Silva

  
Pedro Moura de Oliveira

x



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Daniel Vieira'.

----- DANIEL VIEIRA, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova – De uma forma breve, começo por referir que acompanho no essencial a reflexão aqui trazida pelo Grupo Municipal da CDU, reforço esta ideia de que nos últimos dois anos o orçamento tem uma evolução de vinte e três milhões, quando temos na prática uma execução que vai ficar muito abaixo este ano e como foi dito aquilo que está acordado com o Governo nem sequer chega à tal dimensão e teria de ser tudo concretizado no presente ano, o que nunca acontecerá. Não posso deixar de referir em concreto a Fânzeres e S. Pedro da Cova e dizer que no meu entendimento o orçamento fica um pouco aquém naquilo que podiam ser as potencialidades e o aproveitamento do património natural, quer das serras, quer dos rios, quer do património histórico cultural destas duas freguesias, como por exemplo aos moinhos no rio Torto ou ao património mineiro, recentemente adquirido pela Câmara Municipal de Gondomar. Ainda assim, quero fazer referência de que uma significativa parte das propostas que a Junta de Freguesia fez para este orçamento, ainda que muitas delas estejam de facto com uma rubrica na casa dos cem euros, foram acolhidas pela Câmara Municipal de Gondomar e por essa razão acompanhando o posicionamento estrutural da CDU o meu voto será de abstenção tendo em conta esse acolhimento de uma série de propostas efetuadas pela Junta de Freguesia. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Leu documento, que adiante segue. -----

29.NOV.2016

①



**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,**

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.**

**Caros Colegas Deputados,**

**Exmos. Senhores Presidentes de Junta,**

**Minhas senhores e meus senhores,**

**Eis-nos chegados ao último Orçamento deste mandato. É verdade, já passaram 3 anos sobre o início de funções desta Maioria no Município e, aqui chegados, podemos na antecâmara da análise e votação do orçamento para 2017 fazer já um balanço sobre o que nos trouxe até aqui. É que, este Orçamento é o resultado dum trajecto consolidado de equilíbrio e recuperação da saúde financeira da Autarquia, que outros deixaram numa situação quase caótica, pelo que se conseguiu o balanço necessário para um Orçamento que finalmente começa a corresponder, ao nível da capacidade de investimento, àquilo que a População de Gondomar tanto anseia e que tanto merece.**

**Mas isto só foi possível porque, à semelhança do que acontece neste Orçamento novamente, foi possível (e continuará sê-lo), efectuar**



uma consolidação orçamental, através da forte redução do endividamento municipal superior ao exigido legalmente, o que permite que o Município de Gondomar caminhe a passos largos para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, garantindo-se dessa forma uma recuperação da boa imagem e credibilidade do Concelho e, simultaneamente, o recuperar duma capacidade financeira que possibilita, finalmente, um aumento significativo do investimento municipal.

Não descuramos que durante muito tempo foi necessário apertar o cinto e reentrar nos eixos – sem que isso tivesse impedido esta Maioria do Partido Socialista de ir cumprindo e executando o Programa a que se comprometeu junto das Populações, optando-se por uma realização de investimentos de menor dimensão mas que se traduziram na resolução efectiva de imensos problemas que a População vinha sentindo -, contudo, agora é possível dar o salto em frente, o salto para o retorno do aumento do investimento, imagem de marca clara deste Orçamento.

Uma palavra de enorme elogio a este Executivo pela excelente negociação que foi possível manter do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o qual, só por si, permite uma capacidade de investimento imediata durante 2017 de 9.982.000,00 € (nove milhões, novecentos e oitenta e dois mil euros), o que representa 72% do total

29. NOV 2016

3



disponível para projectos com financiamento. Foi uma excelente negociação e que permite cativar montantes significativos para a concretização e execução de projectos importantíssimos para o Concelho.

Aliás, dum análise mais objectiva a este Orçamento, radica no enorme mérito dessa negociação a base do aumento do valor global do Orçamento de 2017, ao nível das receitas, comparativamente com o ano anterior, já que se assiste a um aumento do montante referente a projectos com financiamento de 13,7 milhões de €, precisamente o valor que possibilitou passar dum Orçamento de 78 milhões de € em 2016 para 91 milhões € em 2017. Destes 13,7 milhões, 9,9 milhões de € referem-se ao PEDU.

Para além disto que se impunha sublinhar, temos que finalmente verá a luz do dia a conclusão dum investimento fundamental para a qualidade de Vida ambiental da População gondomarense, designadamente, a da População de Rio Tinto, que é a Construção do Interceptor do Rio Tinto, para o qual, o Orçamento prevê uma dotação só para 2017 de 4 milhões de €, divididos em 3.735.000,00 € (três milhões, setecentos e trinta e cinco mil euros) para a construção do Interceptor propriamente dito e 280.500,00 € (duzentos e oitenta mil e quinhentos euros) para a aquisição de terrenos na envolvente do Rio Tinto. A propósito disto, relembramos que é um investimento global de



9 milhões de €, mas em que a Câmara de Gondomar investe 800 mil €, ou seja, marca um claro contraponto com aquela atitude imobilista de outros tempos em que, mesmo quando havia vontade do lado do Porto em avançar para este projecto, sempre ignoraram deliberadamente este Grande Problema Ambiental que a todos nos envergonha há décadas.

Mas não se ficam por aqui as boas notícias, finalmente, avança a conclusão da rede de saneamento do Alto Concelho, a tão almejada 3.ª fase que muitos julgavam impossível, o que permitirá que ao fim de 4 décadas Gondomar atinja um objectivo de cobertura de quase 100% do seu território por uma rede de saneamento básico, enorme salto qualitativo na Qualidade de Vida dos gondomarenses e o acesso ao primeiro patamar da Qualidade de Vida Ambiental que há muito os gondomarenses mereciam, mas que vinha sendo sucessivamente adiada por falhas reiteradas no cumprimento das promessas efectuadas.

Na conclusão destes 2 enormes investimentos para o Concelho, fica vincado o indiscutível cunho do Vereador do Ambiente, que em boa hora se empenhou firme e denodadamente para que os mesmos se concretizassem, sendo que sem esse contributo os mesmos não seriam possíveis, reconhecê-mo-lo desde já.

Para além disto, sempre sublinha o Partido Socialista que, à

29. NOV 2016

5



semelhança do que aconteceu em anos anteriores, os gondomarenses continuarão a ter uma devolução significativa de rendimento através do alívio do IMI. Aquilo que outros agora se vangloriam de fazer, este Executivo e esta maioria já o implementou logo no 1.º ano de mandato. Em 2017, o alívio do IMI está estimado em 4,5 milhões de €, seria uma receita importantíssima para o Município e, sobretudo, para a sua capacidade de investimento, mas o Executivo socialista optou por deixar disponível para as famílias, mantendo uma trajectória de devolução de rendimentos ao nível local que, finalmente a nível nacional, vem sendo concretizada por força da entrada em funções do Governo da actual maioria parlamentar, a qual permitiu a recuperação da Dignidade dos portugueses que o anterior Governo tanto afectou e vilipendiou.

Dentro deste âmbito de apoio às famílias e enquadrado nas políticas sociais, temos que é instituído um tarifário especial para consumos de água por parte de famílias de mais baixa condição económica, bem como para agregados familiares numerosos, não obstante ser um Orçamento marcado essencialmente por um reforço do investimento, este Executivo e a actual Maioria do Partido Socialista não deixam, como é a nossa marca distintiva, de prestar uma atenção especial às áreas sociais.

Sem hesitar e porque realmente várias são as áreas de

29 NOV 2016

6



intervenção em que este Executivo actua (e actua bem!!!), temos que salientar, claramente, aquele que será o Maior Evento em Portugal do desporto, a consagração de Gondomar como a Cidade Europeia do Desporto em 2017, permitirá ao longo de todo o ano um manancial de iniciativas, competições e organizações que marcarão a agenda desportiva e uma Promoção do Concelho aquém e além-fronteiras como, porventura, nunca terá existido.

Agora Gondomar é falado apenas e só por boas razões, noutras alturas o destaque era dado por uma panóplia de questões que em nada nos prestigiavam e que se traduziam numa adulteração da verdadeira essência dos gondomarenses; em boa hora este Executivo recuperou para o Concelho a Dignidade e a Respeitabilidade de que o mesmo sempre foi credor.

Não podemos deixar de referenciar também outra enorme aposta desta Maioria, que se traduz também ela num investimento para melhorar a Qualidade de Vidas das Populações, através da construção de Parques Urbanos há muito reivindicados e um Compromisso do PS com aquelas. Finalmente, Gondomar terá Parques Urbanos à semelhança do que já sucede em todos os Municípios do Primeiro Anel da Área Metropolitana do Porto.

Recentrando agora esta intervenção, à semelhança do que

aconteceu no ano em curso, temos um novo aumento da receita em virtude do financiamento de projectos já em carteira que o Executivo, e muito bem, soube negociar, não por recurso a um mero malabarismo financeiro mediante a extrapolação de receita que nunca se concretizava e que apenas era mantida com recurso interminável a endividamento em excesso, mas através da submissão e aprovação de candidaturas a Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020 que assim permitirão concretizar investimentos que de outro modo seriam impossíveis. Novamente, por uma questão de cautela e prudência, apesar de existir um reforço da capacidade financeira, mantém-se a constituição de uma Reserva, uma Provisão para riscos e encargos de 900 mil €, mantendo-se a salvaguarda e precaução para eventuais condenações nos inúmeros processos que ainda estão em curso, o que denota uma prudência assinalável e para acautelar surpresas indesejáveis financeiramente.

Ainda dentro do âmbito da estabilização e recuperação da credibilidade financeiras, como forma de manter uma saudável relação com credores, fornecedores e parceiros, mais uma vez continuaremos na senda da amortização de dívida, uma vez que está reservada uma rubrica de 6 milhões de € destinada a este abatimento da dívida. Para além do cumprimento de obrigações, traduz-se numa devolução de dinheiro à economia real que permitirá novamente algum incremento na própria actividade económica. Este é um papel também das Autarquias.



Aqui chegados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não poderia, em circunstância alguma, deixar de enaltecer e aplaudir o esforço para a manutenção duma articulação importantíssima com as Juntas de Freguesia, já que, ao contrário de outros comportamentos que caracterizaram este Município durante 2 décadas, todas as obras nas Freguesias foram negociadas directamente com as Juntas, traduzindo-se em investimentos directos com empreitadas de construção ou beneficiação da rede viária e arruamentos, procurando assim ajudar aquelas autarquias locais na satisfação de legítimas reivindicações das Populações.

No entanto, não pode este Grupo Parlamentar do Partido Socialista deixar de apelar, sensibilizar e relembrar o Executivo para a necessidade imperiosa de logo que surja a possibilidade em sede de Revisão Orçamental, se tentar a reposição do corte de 15%, efectuado já no ano transacto, nos apoios e subsídios ao Movimento Associativo, pela dinâmica que o mesmo encarna, pelo papel de proximidade e de revitalização das localidades que o mesmo prossegue e, inclusive, pelo papel formativo, educativo, de suporte social, assistencial e cultural que assegura. Não deixaremos de insistir nesta reivindicação porque ela é da mais elementar justiça.

Uma palavra final para sublinhar e assegurar que a contínua aposta na Cultura, na dinamização da actividade cultural por todo o



Concelho, na diversificação da oferta cultural pelo mesmo, no aproveitamento e reabilitação de infra-estruturas destinadas à organização de eventos culturais e científicos, numa cada vez maior divulgação do Multiusos como sala de espectáculos e eventos de grande referência à escala nacional, Gondomar manterá uma aposta num sector onde antes havia quase um deserto de iniciativas e de intervenção.

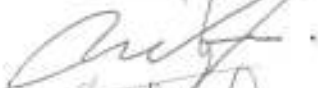
Por tudo o que aqui enunciamos, este Grupo Parlamentar só podia votar favoravelmente este Orçamento e Plano para 2017, com uma Enorme Confiança nos próximos tempos para o Concelho.

Muito obrigado!!

Do grupo Parlamentar P.S.

Fernando Casanova

2016


João Silva



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

-----PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Aquilo que o Senhor Deputado Valpaços colocou na questão da potencial dívida dos mil milhões de euros que eram de facto um conjunto de situações, um dos quais os onze milhões da ETAR do rio Ferreira. Senhor Deputado, se reparar nos documentos distribuídos e os que vão ser distribuídos trimestralmente com os relatórios de atividades, demonstram que correspondiam a quatrocentos processos judiciais em que a Câmara era réu, mas com o esforço que tem sido feito pelo meu colega Vice-Presidente e pelos serviços, de reduzir a litigância a Câmara passou de quatrocentos processos para cerca de cento e cinquenta neste momento e o valor potencial reduziu de novecentos para duzentos e cinquenta milhões. Agora, essa dívida potencial, não implicou nenhum corte às juntas de freguesia, implicou reduções internas na despesa, implicou novas regras, implicou aquilo que o Deputado Fernando Cerqueira disse na altura de reduzir às coletividades mas já foram repostos este ano, essa questão está sanada. Temos um processo jurídico muito complexo que julgo que está no Tribunal Administrativo quanto à questão dos onze milhões da ETAR que não pagamos e esperamos não vir a pagar. Falou na questão das cento e cinquenta e seis rúbricas que estão sem dotação, cerca de oitenta estão com grande probabilidade de serem executadas que julgo que vai ao encontro daquilo que é a expectativa dos Senhores Presidentes de Junta. Quanto à questão que o Senhor Deputado Pedro Oliveira aqui colocou, registo a sua convicção, a sua vontade, mas deixe-me dizer isto, todos os partidos políticos foram avisados por carta, por email e com contacto telefónico e nenhum partido político se pronunciou atempadamente em relação ao orçamento, temos toda a disponibilidade para colaborar com os Senhores Deputados. -----

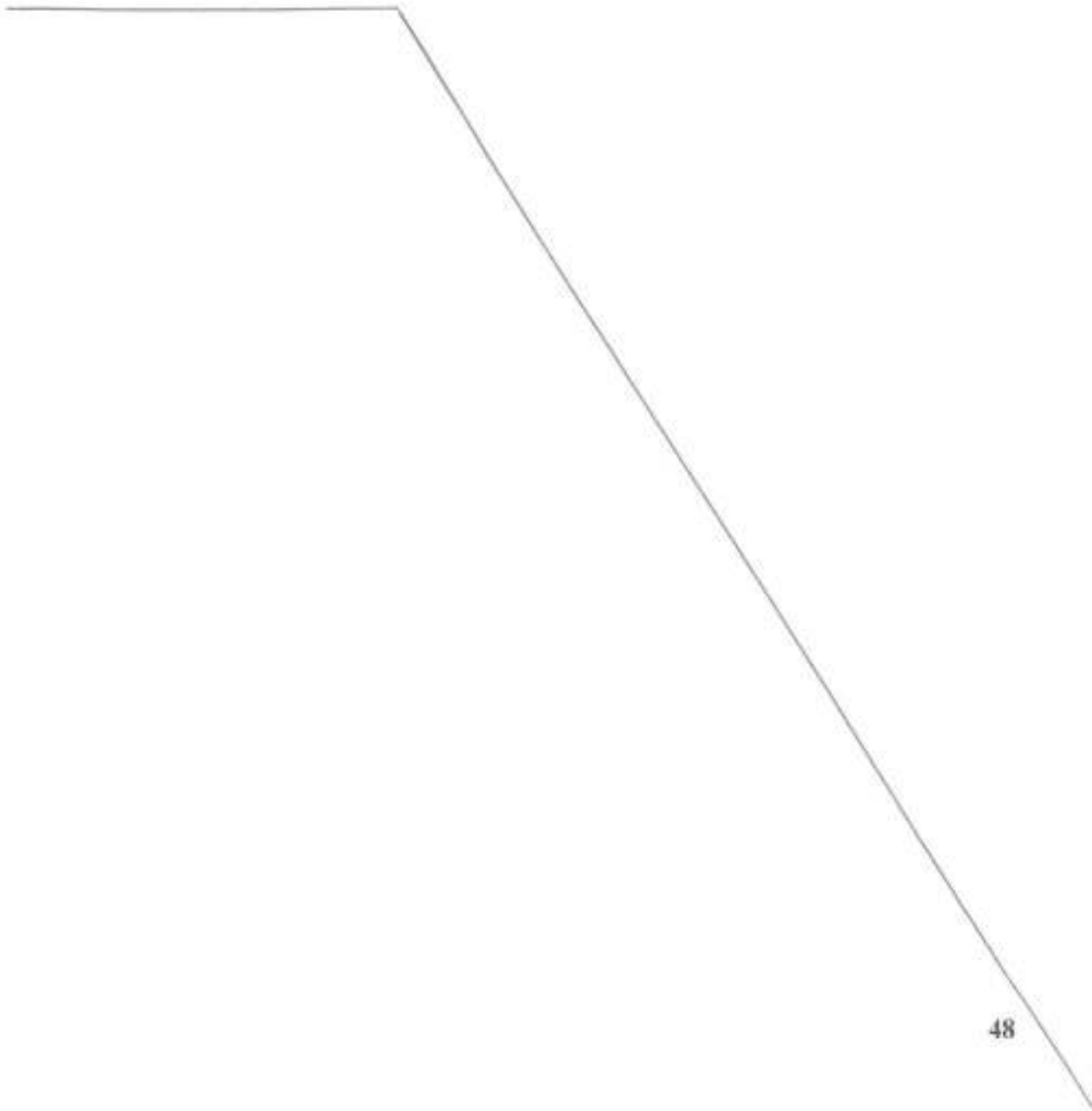


A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Costa'.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 13 votos contra (7 PSD + 5 CDU + 1 BE) e 4 abstenções (2 CDS-PP + 2 Presidentes de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova e União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim).-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada declaração de Voto, que adiante segue.-----





### DECLARAÇÃO DE VOTO

Este é o quarto orçamento da Maioria PS de Marco Martins e será o último deste mandato autárquico.

A proposta sofre de vícios que vem já sendo comuns nesta gestão PS, sendo um documento no qual se acumulam expectativas e se ampolam promessas e acções, tendo claramente em perspectiva o reforço eleitoral em 2017.

Este mandato fica marcado por uma governação em maioria do PS, que essencialmente se traduziu na utilização do "passado herdado" enquanto principal argumento face a todas as críticas da oposição em paralelo com a realização de eventos mediáticos sobre tudo e sobre o nada. Com diferenças face a executivos anteriores, ao fim de quatro anos verifica-se uma real falta de inversão de rumo, como se constatou na manutenção de concessões, na imposição das 40 horas - quando outros municípios decidiam não aplicar mais essa exploração aos trabalhadores -, na contínua desresponsabilização pelas condições de trabalho dos trabalhadores dos Parques Operacionais da Câmara, na manutenção da posição em relação à não reposição das freguesias extintas, na falta de critérios e lógicas para atribuição de verbas para as Freguesias, coletividades e associações, e entre outros, na falta de elementos que fundamentam uma política de desenvolvimento económico concerta e que vá além de acções mediáticas.

Sendo certo que o orçamento são apenas intenções, cuja execução cabai só saberemos no final de 2017, depois das eleições, a proposta comporta aspetos que são em si mesmo positivos e vão em linha com algumas das reclamações que a CDU tem vindo a fazer ao longo deste mandato, apesar de continuarem aquém das necessidades e possibilidades. Disso são exemplos a proposta de redução da taxa de IMI e da Derrama e a intenção de requalificar espaço público e habitação social.

Não obstante as intenções presentes no orçamento para 2017, como a valorização da Educação, da Acção Social, a requalificação da rede viária, as intenções de incentivo à fixação de empresas, os projectos na rede de saneamento, os parques urbanos e a valorização Concelho no âmbito do desporto e do Turismo, não podemos deixar de referir que não é perceptível uma linha condutora destas intenções na definição de uma estratégia que trace prioridades.

O Orçamento é assim um somatório de intenções, que procurar enfatizar grandes feitos quando na realidade as Grandes Opções do Plano (GOP) espelham precisamente uma falta de orientação política e capacidade de pensamento estratégico.

Veja-se que para além dos dois projectos de maior envergadura (de carácter intermunicipal), o Interceptor do rio Tinto e o do Parque das Serras, - forçados na agenda do Executivo em grande medida pela acção da CDU ao longo de anos -, os parques urbanos, os investimentos na habitação social, nas escolas, ou na rede viária, que sendo positivos, não devam de ser investimentos inevitáveis, não há estratégias evidentes para mais projectos. Há um sem fim de obras de beneficiamento de ruas!

Acrescente-se ainda que, pela análise do mandato autárquico em curso, se pode concluir que as intenções presentes neste orçamento, estão claramente sub-orçamentadas e não tem fundamento que credibilizem a sua execução em 2017. Veja-se que a receita prevista para 2017 - de aproximadamente 91 milhões - representa um aumento de 16,4% em relação ao previsto para 2016, no entanto, observando o relatório financeiro até 31 de Outubro, a execução da receita está em cerca de 50 milhões, pelo que nos últimos meses do ano não deverá ultrapassar os 65 milhões e ficando aquém da previsão de 2016. Tendo-se sucedido a mesma situação em 2015 e 2014, como pode a Câmara Municipal prever que em 2017 aumentará a sua receita, se ficará aquém da estipulada para 2016?

29. NOV 2016



## Coligação Democrática Unitária GONDOMAR

Muitas são as incongruências deste orçamento, e deste executivo. Nomeadamente quando sistematicamente refere a dívida herdada como justificação para não agir, mas que olhando para o historio dos orçamentos e para este em particular, o peso dessa herança não é de todo relevante. Ou ainda quando refere ser importante a gestão rigorosa da Câmara mas aumenta sistematicamente as verbas destinadas a "aquisição de serviços" e a "outras despesas correntes" aumentando o peso da despesa corrente em detrimento dos investimentos de capital.

Ou ainda quando, anuncia um reforço no desenvolvimento económico e no um esforço na fixação de empresas no concelho, quando a dotação em orçamento é de cerca de um 1%.

Pelas muitas incongruências e a falta de perspectiva para um dos mais importantes concelhos do distrito do Porto e seu afastamento face às proposta e perspectivas da CDU - Refira-se que a CDU, fez 25 propostas para o orçamento Municipal de 2017.

Pelo exposto votamos contra a proposta.

Gondomar, 29 de Novembro de 2016

Pelo Grupo Municipal da CDU,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- b) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Taxa para 2017 -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Dizer que aquilo que vimos propor para ser aprovado nesta Assembleia para dois mil e dezassete é exatamente igual ao que vigorou em dois mil e dezasseis, dois mil e quinze e dois mil e catorze com a redução que estava prevista no compromisso eleitoral do Partido Socialista, sendo que a diferença para este ano é que há um volume maior de imóveis devolutos, fruto do levantamento, quer da Câmara, quer das Juntas de Freguesia, quase que duplicou a lista de imóveis devolutos. Em termos de taxas mantém-se. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Quero apenas salientar o nosso agrado pela elaboração da lista de prédios degradados para o agravamento da taxa, mas julgamos que é preciso fazer um esforço quanto aos imóveis devolutos e em ruínas para que por força do código do IMI devam ser agravados, o que recebemos é apenas a lista dos prédios degradados, já é um avanço, mas é preciso ir mais além com os prédios devolutos e em ruínas. -----

----- SÉRGIO BASTOS (PS) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----

29.NOV.2016

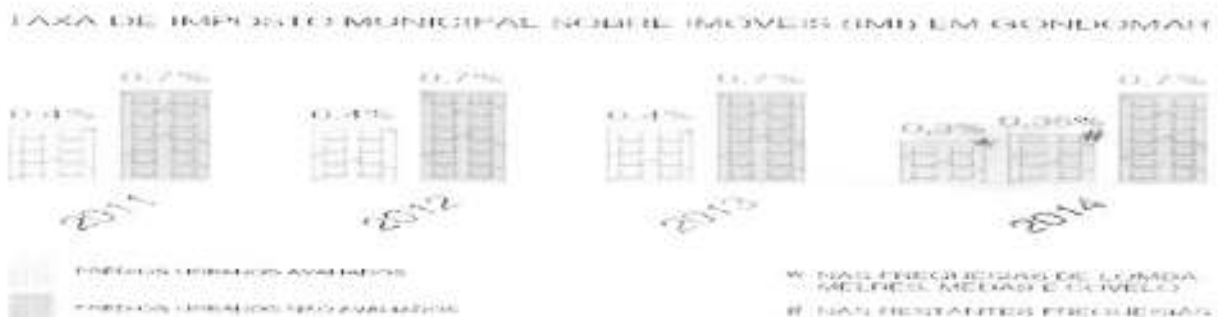


**AM\_29\_11\_2016**

Saudação Ex.mos

- Presidente da AM e Restante mesa.
- Presidente da CM e restantes Vereadores
- Deputados e Presidentes de Junta
- Publico

Estamos já no ultimo ano deste mandato, o 4º, desde que se aprovou pela 1ª vez nesta Assembleia Municipal, a redução do IMI em 30% e 40% para as Freguesias Urbanas e Freguesias Rurais, respectivamente, colocando Gondomar, como um dos Concelhos, com as taxas de IMI mais reduzidas da Área Metropolitana do Porto.



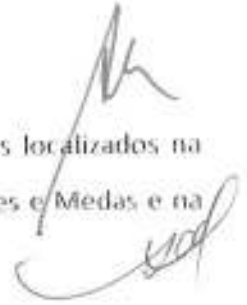
Ora, estamos cá novamente, para cumprir mais uma vez a promessa eleitoral, feita aos Gondomarenses, nas últimas Autárquicas,

Colocamos novamente para aprovação fixar as taxas de IMI nos mesmos moldes dos anos anteriores, ou seja:

- 1- Fixar a taxa de IMI, a ser liquidado em 2017, em 0,35% aos prédios urbanos localizados na Freguesia de Baguim do Monte, na União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Covã, na União das Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim e na Freguesia de Rio Tinto;

29.NOV.2016

- 2- Fixar a taxa de IMI, a ser liquidado em 2016, em 0,30% aos prédios urbanos localizados na União das Freguesias da Foz do Sousa e Covelo, União das Freguesias de Meires e Medas e na Freguesia da Lomba;



**Fazemo-lo por considerar, aliás conforme se pode ler na proposta, dado que:**

- A penalização que os contribuintes têm vindo a sofrer, consequência da conjuntura económica adversa que o país atravessa;
- Que o Executivo pretende incorporar critérios de discriminação positiva, para os territórios mais desfavorecidos, no sentido de contribuir, pela via fiscal, para a coesão territorial e para a justiça social;
- Que a política fiscal deve assumir, também uma função de estímulo e incentivo à adequada manutenção e preservação do património imobiliário,

Este tema foi uma das grandes bandeiras de campanha, e cá estamos nós a tentar cumpri-lo, até ao último momento.

Não devemos esquecer, porém, as duas certezas que temos: Até me custa estar sempre a falar no mesmo, mas têm de ser:

- é que se por um lado pagamos menos,
- por outro eleva-se já para cerca de 17,5 M€ a redução de receita, que o executivo durante este mandato, permitiu que ficasse nos bolsos das famílias Gondomarenses.

Mas meus senhores, achamos tratar-se de justiça social nunca antes acautelada, pois esta taxa, sempre fora contemplada no seu máximo permitido, e cujo facilitismo de outros executivos muito custou aos Gondomarenses todos estes anos.

E como desde o início do mandato não ficamos por aqui:

Defendendo a coerência da nossa linha orientadora para este imposto, voltamos a falar nos prédios degradados. Não poderíamos defender enquanto oposição uma coisa e pura e simplesmente, agora deixar cair este tema.

Defendeu esta bancada por várias vezes e volta a fazê-lo. Defendemos:

29.NOV.2016



- **Que os impostos não são só um meio de arrecadar receita, são também um instrumento de redistribuição de recursos.**
- **Defendemos aplicação no IMI de taxas diferenciadas por freguesia ou a aplicação de majoração de taxa a edifícios que, pelo seu mau estado de conservação, não cumpram a sua função e que possam constituir um perigo para pessoas e bens é um instrumento de coesão territorial e social.**

Pois assim sendo, defendemos o agravar em 30% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2017 sobre prédios degradados que constituam risco, estando identificadas cerca de quase 500 imóveis.

Não pensem os Srs, que a premissa seja a incorporação de receita.

Trata-se sim de zelar pela segurança, dado que o que levou a serem referenciadas estas habitações foi o simples facto da possível queda de caleiras e de telhas na via pública, perigo de incêndio ou derrocada, proximidade com estabelecimentos de saúde ou escolas, entre outros aspectos,

Esta medida contou já com a sensibilização dos proprietários, levada a cabo pela Camara e pelas Juntas de Freguesia, no sentido de deixarem de fazer parte da lista de habitações identificada.

Em suma Srs e Sras, e para que conste não defendemos nada agora do que o que já temos vindo a defender desde sempre.

Disse.

Deputado

Sergio Miguel Bastos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 7 votos contra (PSD) e 3 abstenções (2 CDS-PP + 1 Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim). -----

----- **c) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Taxa para 2017** -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Finalmente este orçamento para 2017, tem em conta aquilo que o Bloco de Esquerda e vários Órgãos Autárquicos assim como a Associação Nacional de Municípios bem como o Provedor de Justiça reclamaram ao longo de vários anos. Primeiro, que esta taxa fosse suportada pelas operadoras de telecomunicações e não pelos consumidores. Segundo, que as operadoras de telecomunicações informassem com detalhe quais os valores que eram transferidos para os municípios que em muitos casos era um valor ridículo. Com este orçamento dá satisfação a estas duas reivindicações, por isso, votaremos pela primeira vez a favor da proposta do executivo. Valeu o esforço feito pelo Bloco de Esquerda e por outras entidades ao longo de vários anos, que se debateram pela alteração da lei das comunicações eletrónicas. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **d) Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2017** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 3 abstenções (2 CDS-PP + 1 Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim). -----

----- **e) Lançamento de derrama para o ano de 2017** -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Iremos votar a favor, mas não deixarei de dizer que à semelhança de outros municípios o executivo camarário podia ter previsto a isenção da derrama para as empresas que fixassem a sua sede em Gondomar e que garantissem pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

menos três novos postos de trabalho permanentes, tudo com vista ao incentivo e à formação de novas empresas no Concelho no sentido de diminuir o número dramático de doze mil desempregados registados em Gondomar. -----

----- VEREADOR CARLOS BRÁS – Na derrama não se pode criar esse tipo de isenção. Ou se aplica a taxa máxima ou a taxa intermédia. Não se pode discriminar empresa a empresa

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 7 votos contra (PSD) e 3 abstenções (2 CDS-PP + Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim). -----

----- **f) Alteração ao Regulamento do Banco Local de Voluntariado de Gondomar** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Tal como está justificado na proposta esta alteração resultou quer de uma atualização legislativa, quer também de algumas situações que fomos sentindo para alargar o âmbito e o leque dos voluntários e assim abranger, quer mais público que possa participar, quer mais atividades. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 9 abstenções (7 PSD + 2 CDS-PP). -----

----- **g) Integração do Município na Sociedade Concessionária da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhores Deputados isto tem a ver com o processo que se iniciou no Verão de dois mil e quinze, em que por decisão política o Governo anterior decidiu fundir as empresas concessionárias de distribuição em alta de água no país, sendo que a Norte do Douro e não só, mas também um bocadinho a Sul, mas agregou vários subsistemas, Águas Douro e Paiva, Águas Cávado e Ave, Águas do rio Lima, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Águas do Noroeste Transmontano, acontece que na altura



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

incluindo Gondomar interpuseram ações administrativas com vista a contestar e a anular essa decisão até porque os motivos foram defraudados, não só naquilo que eram expetativas futuras, dividendos, naquilo que eram expetativas futuras de receita com base na concessão dos seus ativos que há vinte e seis anos foram cedidos para as Águas Douro e Paiva. Entretanto o atual Governo decidiu reverter a fusão e voltar a criar, a constituir a Sociedade de Águas Douro e Paiva que sendo uma Associação de Municípios obrigam a tramitação processual que passe por todos os municípios no órgão executivo e deliberativo, aquilo que está a ser votado aqui neste Órgão, também está a ser em órgãos semelhantes, dos outros municípios que farão parte deste subsistema. No fundo isto é o início do procedimento para voltar a criar a extinta empresa Águas do Douro e Paiva para captação e distribuição em alta. -

----- RUI NÓVOA (BE) – O Bloco de Esquerda saúda a revogação da legislação anterior que impunha contra a vontade dos municípios a adesão à Empresa Águas do Norte, agora é possibilitado aos municípios escolherem o sistema de abastecimento de água que julguem mais adequado aos seus interesses. O que se espera é que a opção deste município corresponda de forma positiva às necessidades de abastecimento da água a Gondomar nas melhores condições e qualidade de preço. -----

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – A questão que queria colocar é uma dúvida, que se calhar passou por todos, nós vamos votar a integração do município nesse sistema, de um decreto de lei que ainda não existe, que ainda não foi votado, é isso que eu não percebo na proposta. Na CDU, é um assunto que já tem sido discutido e até temos opinião sobre ele. A questão que está em cima da mesa é esta, nós vamos votar algo, a integração do município de



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Sed' or similar.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

um decreto-lei que ainda não existe, que eventualmente pode não vir a existir. Teria mais sentido o decreto-lei ser votado e depois os municípios decidirem integrar nesse sistema. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Compreendo tecnicamente essa dúvida e sou levado a admitir que processualmente a metodologia não será a mais correta, mas foi assim que o Governo pediu para fazer e portanto, sem prejuízo de ser publicado o decreto-Lei, terá de o ser e quando for já está tomada a deliberação, até porque o que estamos aqui a deliberar é a adesão do município a uma sociedade intermunicipal e depois vai ser regulamentada por legislação. Admitindo que a sequência do processo devia ser outra, uma coisa não invalida a outra, são processos que podem decorrer em paralelo e para cumprir o “timing” que o Governo pretende, de em janeiro estar a dar início a esta atividade, a esta nova sociedade é necessário que toda esta tramitação seja cumprida. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 8 votos contra (7 PSD + 1 Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e 7 abstenções (5 CDU + 1 CDS-PP + 1 Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova). -----

----- O Grupo Municipal da CDU, apresentou a declaração de voto, que adiante segue. -----

### DECLARAÇÃO DE VOTO

O processo de fusões de sistemas e empresas que o governo PSD/CSD concretizou, inseria-se num processo mais vasto que visava criar condições para a privatização dos serviços de águas e saneamento, a exemplo do que fez com a privatização da EGF na área dos resíduos.

A fusão que levou entre outras, à criação das Águas do Norte não teve em conta a opinião da generalidade dos municípios.

O processo agora em curso de reversão das fusões que o atual governo está a desenvolver foi objecto de deliberação por parte deste município e será hoje votado nesta assembleia, representa a reposição da situação existente e por isso traduz um avanço e uma possibilidade de melhoria na gestão dos sistemas de águas e que no nosso entender tem de contribuir para a salvaguarda da gestão pública.

Achamos no entanto que não se foi tão longe quanto devia ser possível, pois devia aproveitar-se esta oportunidade para a devolução desta competência aos municípios e para a constituição de um sistema de titularidade municipal, admitindo-se a sua delegação no Estado. Por outro lado, persistem opções erradas que já vinham de trás e que na nossa opinião deviam ser corrigidas, como é o caso da insistência na manutenção da remuneração dos capitais próprios o que contribui para a oneração das tarifas. Voltamos a afirmar que, não faz sentido que entidades públicas queiram sofrer rendimentos na gestão de um bem que é essencial,

Quanto a aspetos concretos do documento - tal como colocou na reunião de câmara o vereador da CDU -, manifestamos dúvidas sobre o conteúdo do Acordo Parassocial pois apenas prevê a possibilidade de os municípios passarem a dispor de maioria se houver fusões ou cisões contra a sua vontade, quando devia prever que os municípios, caso fosse essa a sua vontade, em qualquer sítua do processo podiam efetuar tal aquisição. Também não se entende o que é referido sobre as garantias dos empréstimos existentes, pois se é óbvio que a AdP (Águas do Porto) teria de se desresponsabilizar dos mesmos em razão do nível de participação, o que os municípios teriam de assegurar seria a manutenção das condições dos empréstimos em negociação com os respetivos credores.

Mais. Relativamente ao prolongamento da concessão por mais 10 anos, também previsto, consideramos que não deve depender apenas da vontade do concedente e da concessionária, mas sobretudo da concordância dos municípios.

Também não se percebe ainda o alcance da CTA (Contribuição Tarifária Acrescida) pois o que parece é que estes municípios apesar de saírem da empresa Águas do Norte vão continuar ligados a ela através deste pagamento.

Por fim, quanto ao Fundo Ambiental era fundamental esclarecer as suas origens, os seus critérios de afectação e respetiva implicação.

Caros deputados, tendo em conta as questões suscitadas e apesar de se considerar a cisão um avanço, não podemos votar favoravelmente. Como afirmamos na reunião de Câmara, aqui reafirmamos: "Resolvam-se as questões por nós colocadas e estaremos então em condições de apoiar na íntegra o processo de cisão.

Gondomar, 29 de Novembro de 2016

Pelo Grupo Municipal da CDU,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- 3. Informação do Presidente da Câmara – Alineas b) e c) do n° 2 do artigo 25°, conjugado com o n° 4 do Artigo 35° da Lei n° 75/2013 de 12 de setembro (setembro e outubro de 2016). -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- C - PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA: -----

----- Não houve inscrições por parte do público. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata. -

----- A sessão foi encerrada às 00 horas e 15 minutos, do dia 30 de novembro de dois mil e dezasseis. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A TÉCNICA SUPERIOR,

*Il.ª do Sr. Lauro*